

Objetivo 9 - Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior

Caracterização

A trajetória da política internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é expressão da inflexão política promovida pelo Governo Lula, a partir de 2003, e que vem sendo aprofundada e consolidada no Governo Dilma desde 2011. Esse programa democrático e popular para o Brasil redefine e retoma o papel do Estado, aprofunda a democracia e orienta a política econômica para a promoção do desenvolvimento nacional, para a superação da pobreza, das desigualdades regionais e sociais.

No plano do desenvolvimento rural, há o reconhecimento da importância econômica e social e da legitimidade das demandas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, que progressivamente passam a se institucionalizar como políticas públicas de reforma agrária (de acesso à terra e aos territórios), de fortalecimento econômico e do etnodesenvolvimento, de promoção da autonomia econômica e da igualdade das mulheres rurais, de investimentos em infraestrutura e de desenvolvimento territorial. A nova política externa se expressa na afirmação de uma inserção política e econômica soberana, em um maior ativismo nos espaços multilaterais e na luta pela construção de uma governança internacional democrática.

Na integração regional, a Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) vem contribuindo para o reconhecimento regional da importância econômica e social da agricultura familiar, para a sua institucionalização no Mercosul, para a criação de estruturas estatais e políticas diferenciadas para a agricultura familiar, para a promoção da autonomia econômica e da igualdade das mulheres rurais e para incidir sobre a democratização do acesso à terra, constituindo-se em plataforma para uma intensa agenda de intercâmbio e cooperação. Na América Latina, a atuação se refere à criação e a consolidação da União das Nações da Sul-Americanas (Unasul) – cujos destaques até o momento são a atuação para a estabilização política em situações de crise (Bolívia, Venezuela) e a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, iniciativas de integração de infraestrutura, banco regional etc. - e, mais recentemente, a criação da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC).

Demandas de cooperação técnica são recorrentes e fazem parte da rotina da Assessoria Internacional (AIPC) desde o início da atuação internacional do MDA em 2003. O atendimento a delegações que solicitam conhecer as políticas públicas do MDA, seja de maneira bilateral ou multilateral, via Agência Brasileira de Cooperação do MRE (ABC), FAO, Programa Mundial de Alimentos (PMA) ou diretamente solicitadas aos ministérios constitui boa parte desse trabalho e, dessa forma, são atendidos dezenas de países latino-americanos, caribenhos e africanos, principalmente, todos os anos. Ações de cooperação de mais longo prazo e inseridas em uma estratégia maior de cooperação ocorrem dentro da REAF, como o I Programa de Intercâmbio em Compras Públicas da Agricultura Familiar, cujos quatro módulos foram realizados entre 2011 e 2013, do Programa Regional de Gênero, e também no âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI).

Em âmbito multilateral é ilustrativa a Iniciativa Internacional de Combate à Fome e à Pobreza, impulsionada pelo Brasil, que pressiona para que estes temas ganhem centralidade na agenda dos países e dos fóruns multilaterais, ao mesmo tempo em que no plano interno avança na promoção da segurança alimentar ancorada na realização do direito humano à alimentação e na estratégia Fome Zero. A atuação da AIPC/MDA no âmbito da governança internacional abarca negociações e temas socioeconômicos em fóruns multilaterais (FAO, CSA, AGNU, CDH), assim como mecanismos de diálogo político em fóruns pluriestatais (BRICS e CPLP).

Nas negociações comerciais internacionais, a atuação do MDA se faz tanto no âmbito da OMC como dos espaços de formulação e negociação de acordos regionais e entre blocos (por exemplo, Mercosul – União Europeia). As negociações comerciais internacionais, ao assumirem compromissos entre países, relacionados à desgravação tarifária de alimentos e aos condicionantes para atuação dos Estados no âmbito de políticas de compras públicas, investimentos, serviços e propriedade intelectual, têm impactos diretos nas ações atuais de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional brasileira. Um outro fato importante na trajetória do MDA foi a conquista institucional e política, em 2005, de um assento na Câmara de Comércio Exterior (Camex), proporcionando um reconhecimento do ministério como um participante necessário nos espaços de formulação da política de comércio exterior e, ao mesmo tempo, a legitimação dos interesses da agricultura familiar e das políticas públicas para o desenvolvimento rural.

A área de negociações ambientais começou a ser desenvolvida de forma sistemática na AIPC apenas em 2012 com a realização da Rio+20. Anteriormente, o MDA participava de forma eventual de fóruns internacionais e de espaços de definição da posição negociadora brasileira, expressando as sensibilidades, necessidades e especificidades da agricultura familiar e as demandas da produção sustentável. O MDA vem atuando no Conselho Nacional do Meio Ambiente, diversas de suas políticas incorporam a dimensão ambiental e há uma agenda de trabalho conjunta com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) envolvendo vários temas, além de manter uma atuação persistente na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Por fim, as ações de promoção comercial internacional do MDA pretendem promover a imagem da agricultura familiar e inserir os produtos do setor no mercado internacional, combinando iniciativas de coordenação intragovernamental, de articulação com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações (Programa Mais Gestão), missões técnicas e a participação direta em eventos internacionais. Para além do resultado concreto da ampliação dos mercados, as atividades de promoção comercial dos empreendimentos da agricultura familiar contêm um componente pedagógico e de empoderamento, pois ao participar das diversas ações essas organizações têm a oportunidade de conhecer novos produtos e modos de produção e experiências de comercialização.

Assim, observa-se que a atuação internacional do MDA foi gradativamente se ampliando para novos espaços e novos temas, preservando sua sintonia com as mudanças nas políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural e à segurança alimentar e nutricional e na política externa. Portanto, o desafio para os próximos anos passa por reconhecer e valorizar o papel estratégico da agricultura familiar e do rural,

promovendo e garantindo o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.